

Melancólica? Chique? Alegre? Vitrine? Territórios da Cozinha sob a Ótica de Empregadas Domésticas

Autoria

Felipe Gouvêa Pena - felipegouveap@hotmail.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Luiz Alex Silva Saraiva - saraiva@face.ufmg.br

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela Bolsa de Mestrado que permitiu a coleta de dados que viabilizou este artigo.

Resumo

As cozinhas domésticas recentemente tem sido ressignificadas em função de aspectos arquitetônicos e midiáticos que lhe destina a função de espetacularização da preparação de alimentos, silenciando sobre diversas dimensões associadas ao cozinhar. Para problematizar este quadro, o objetivo aqui é identificar e analisar os territórios da cozinha sob a ótica de empregadas domésticas, o que foi feito a partir do método indutivo com base em um estudo qualitativo de caráter descritivo, no qual foi usada a fotoelicitação para a coleta de dados e a análise do discurso para tratar das falas de empregadas domésticas. Os principais resultados sugerem territórios marcados em função de diferentes elementos. Encontramos diferentes formas de apropriação e diferentes argumentos que as sustentam, como a “cozinha de verdade”, em que cozinhar se relaciona a uma obrigação, e a um cotidiano muitas vezes de melancolia e tristeza; a “cozinha moderna” como espaço de status social e distinção; a “cozinha bem montada” enquanto espaço de prazer e alegria; e a “cozinha como vitrine”, possibilitando a autopromoção por meio da exposição. As empregadas domésticas buscaram se afastar de algumas imagens e se aproximar de outras, como se tentassem compreender qual o território que se assemelhava às suas vivências e desejos. As principais implicações do estudo apontam a necessidade de politizar espaços aparentemente neutros, como a cozinha, e encará-los também sob a ótica de produção social de desigualdades de raça, de gênero e de trabalho, ampliando os diálogos no campo dos Estudos Organizacionais.

Melancólica? Chique? Alegre? Vitrine? Territórios da Cozinha sob a Ótica de Empregadas Domésticas

Resumo

As cozinhas domésticas recentemente tem sido ressignificadas em função de aspectos arquitetônicos e midiáticos que lhes destinam a função de espetacularização da preparação de alimentos, silenciando sobre diversas dimensões associadas ao cozinhar. Para problematizar este quadro, o objetivo aqui é identificar e analisar os territórios da cozinha sob a ótica de empregadas domésticas, o que foi feito a partir do método indutivo com base em um estudo qualitativo de caráter descritivo, no qual foi usada a fotoelicitación para a coleta de dados e a análise do discurso para tratar das falas de empregadas domésticas. Os principais resultados sugerem territórios marcados em função de diferentes elementos. Encontramos diferentes formas de apropriação e diferentes argumentos que as sustentam, como a “cozinha de verdade”, em que cozinhar se relaciona a uma obrigação, e a um cotidiano muitas vezes de melancolia e tristeza; a “cozinha moderna” como espaço de *status* social e distinção; a “cozinha bem montada” enquanto espaço de prazer e alegria; e a “cozinha como vitrine”, possibilitando a autopromoção por meio da exposição. As empregadas domésticas buscaram se afastar de algumas imagens e se aproximar de outras, como se tentassem compreender qual o território que se assemelhava às suas vivências e desejos. As principais implicações do estudo apontam a necessidade de politizar espaços aparentemente neutros, como a cozinha, e encará-los também sob a ótica de produção social de desigualdades de raça, de gênero e de trabalho, ampliando os diálogos no campo dos Estudos Organizacionais.

Palavras-chave: territorialidades; relações sociais; cozinha doméstica; empregadas.

Introdução

Em uma cultura patriarcal, racista e classista como a brasileira, a cozinha sempre foi um espaço destinado aos “inferiores estruturais”, sejam eles escravos, empregadas domésticas e mulheres, enquanto donas de casa: “um espaço rigidamente separado das áreas públicas e sociais da casa e interdito aos olhares de estranhos” (BARBOSA, 2012, p. 188). Apesar do historicamente notório interesse em manter essa parte da casa e seus integrantes afastados, estrutural e simbolicamente, como se fossem desprovidos de valor quaisquer aspectos relacionados a esse espaço, a cozinha e o ato de cozinhar vem sofrendo ressignificações. Observa-se atualmente uma intensa exposição midiática da cozinha em inúmeros programas de televisão, revistas, sites, blogs, eventos de gastronomia, além de um forte posicionamento da indústria arquitetônica e de fabricantes de utensílios, todos vendendo a ideia de uma nova cozinha e de novos “donos”. Este processo vem dando aos homens um *status* diferenciado em discursos que os qualificam como “chefs” e lhes pedem para cozinhar em momentos oportunos, quando a expectativa é de aplauso e a atividade se torna um espetáculo.

Tal valorização da cozinha, dos sujeitos e de todo o processo de “gastronomização” do cotidiano alimentar (BARBOSA, 2012) silencia processos de exclusão, de marginalização e de preconceito diante de relações sociais de sexo e raça. A disposição desse espaço, tomado aqui como um território, em face da dinâmica de apropriação, não se refere apenas a um reduto em que ocorre a materialização das interações sociais, pois como ela própria tende a estruturar tais interações. Não é possível falar em neutralidade na cozinha doméstica. Ela é demarcada política e ideologicamente, sendo palco, em diferentes instâncias, das coerções do grupo de dominantes, frente ao dos dominados socialmente (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, embora possa causar estranheza inicial problematizar a cozinha, entende-se que se trata de parte da esfera organizacional, uma vez que no espaço da cozinha, assumido aqui como um território, observam-se relações sociais de sexo e de raça semelhantes às de qualquer outro espaço “corporativo”. Isto é, o fenômeno social que tratamos observando a cozinha tem espalhamento em outros espaços organizacionais, o que qualifica este espaço para uma discussão no âmbito dos Estudos Organizacionais.

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar os territórios da cozinha sob a ótica de empregadas domésticas. As vivências dessas mulheres fazem parte da problematização aqui levantada, e seus relatos trazem à tona uma série de questões relativas à dinâmica territorial da cozinha doméstica. Além dessa breve contextualização, um aprofundamento deste artigo é feito em outras seis seções, sendo elas três seções teóricas sobre territorialidades, relações sociais de sexo e as relações sociais de raça, a metodologia, a análise dos resultados e as considerações finais.

Territorialidade, territorialidades

O espaço pode ser compreendido como o produto das ações dos homens sobre si mesmos, considerando a intermediação dos objetos, naturais ou artificiais, que o circundam. Trata-se do conjunto indissociável de sistemas de ações e objetos, em que, de um lado os sistemas de ações determinam a manutenção de novos ou preexistentes objetos e, de outro, percebe-se que os sistemas de objetos definem a forma como se estabelecem as ações (SANTOS, 2008). Todo o processo de configuração e de transformação de tal espaço deve ser visto como um movimento contínuo e dinâmico, já que é fruto de um conjunto de relações sociais. Assim, não é plausível reduzir a análise à dimensão física e às condições naturais, pois o espaço de antemão implica a noção de vida social (LEFEBVRE, 1992).

Como recorte teórico dos estudos sobre espaço, Santos (2008) apresenta a análise das configurações territoriais como uma possibilidade de investigação. Segundo o autor, a dimensão territorial é oferecida pelo somatório das condições naturais existentes naquela área e dos aditamentos impostos pelos indivíduos a estes sistemas naturais. Nesses termos, o território pode ser definido como um espaço apropriado por direito, contido, legitimado ou mesmo controlado por um grupo específico ou instituição, a partir de práticas simbólicas que tipificam uma determinada “afetividade” (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014). Por conseguinte, pode-se dizer que o “território é, antes de tudo, o espaço no qual se enraíza nossa identidade, o lugar de nossos prazeres, de nossos temores, de nossas relações importantes, a superfície de inscrição de nossa história pessoal, enfim o conjunto de nosso sistema de referência” (PAGES *et al.*, 1987, p. 119).

Nessa perspectiva, alguns pesquisadores passaram a “investigar a constituição de territorialidades distintas como forma de adensar a compreensão da dinâmica transescalar e multidimensional do mundo contemporâneo” (PAULA, 2011, p. 106). O pressuposto de formação de um espaço geralmente se encontra associado à noção de território, pois percebe-se que essa formação ocorre assim que o espaço passa a ser apropriado, real ou simbolicamente, por um sujeito ou grupo de indivíduos. Dessa forma, não é o bastante que “o espaço geográfico” esteja em um contexto de interações sociais e que seus sentidos, funções e significados sejam modificados; é preciso que ocorra uma relação de posse e de apropriação para que seja tomado como território (BERNARDO, 2015).

Para Pereira e Carrieri (2005), a organização, quando tomada como território, possibilita a construção de “significações culturais” e, ao mesmo tempo, de “identidades” que, ao serem atribuídas pelos grupos organizacionais, materializam um controle simbólico sobre esse território. Portanto, “o uso cotidiano dos espaços simbólico e físico pertencentes a cada grupo organizacional seria um exemplo claro das transformações nas significações culturais,

da transfiguração das relações de dominação e de submissão existentes em quaisquer organizações” (PEREIRA; CARRIERI, 2005, p. 4). Nesses termos, entende-se que a transformação de determinada organização está associada aos processos de *bricolage* dos atores sociais que se apropriam do espaço e o convertem em território.

Agnew (1994) alega que a territorialidade humana deveria ser assumida como algo estratégico, por meio da qual os coletivos ou mesmo seus indivíduos, exercem o controle sobre um determinado espaço que foi demarcado e tomado como território. A territorialidade aqui pode ser vista como um caso próprio de espacialidade, pois, há uma conglomeração de diferentes formas, objetivas e subjetivas, de relacionar-se com o espaço em questão, uma vez que a estaria focada nos efeitos das relações sociais, atentando-se para significados de poder mediando o jogo de apropriação e exclusão. Ao longo dos tempos, nas diferentes sociedades, criaram-se formas próprias de caracterizar a territorialidade, podendo ela ser exercida por meio da aceitação comum de hierarquização de um dado espaço, criando distinções entre os territórios; da comunicação estabelecida entre os sujeitos, evidenciada a partir dos significados extraídos da colocação dos marcos e limites; e do controle forçado, o que refletiria uma dinâmica de submissão (AGNEW, 1994).

Para Paula (2011), a territorialidade usualmente cita dinâmicas e características de um dado grupo que vive no território, como sentimentos de pertencimento, desenvolvimento de identidades diversas e apropriações. Assim, associa-se à “dimensão vivida” conforme denota fatores que são visualizados nas relações entre os sujeitos e os espaços. Chama-se aqui a atenção para a possibilidade de que a territorialidade seja vista como o “qualitativo de qualquer fenômeno” no âmbito territorial, seja em qual escala ele estiver inserido. Nesse sentido, seria possível presenciar a sobreposição de territorialidades formais (emanadas do poder público) frente às territorialidades subjetivas (de todo o tipo de coletivo mobilizado), refletindo no fato de que a variável subjetiva está alicerçada na maneira como os grupos vivenciam e concebem cada espaço (PAULA, 2011).

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade assume um valor particular, pois espelha a “multidimensionalidade” do que é vivido no território. Assim, os homens vivem, simultaneamente, o processo e o produto territorial a partir de um sistema de relações produtivas e/ou existenciais. Cabe notar que independente de qual seja, todas elas são, categoricamente, relações de poder orquestradas pelos atores sociais (RAFFESTIN, 1993; SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014). Tais pressupostos sobre territorialidade transcendem os contextos, podendo se considerar tanto o âmbito público quanto o privado.

Observando especificamente o território da cozinha doméstica como objeto, são necessárias algumas reflexões sobre a casa e a cozinha em si, enquanto locais de contradição. Maia (2012) afirma que é indispensável um olhar atento aos significados atribuídos a esse território vivo, relacional e singular por cada sujeito. A casa carrega um valor simbólico e concreto, mas para os indivíduos mais pobres, ela pode representar muito mais, como ser um elemento apto de torná-los a serem reconhecidos como autores de suas próprias histórias. A casa também é fundamental para a sociedade, já que atesta a reprodução social e indica relações de consumo. Assim, como a cozinha, a casa é palco histórico de interações sociais entre sexos e raças, que vem passando por ressignificações do ponto de vista concreto e simbólico em meio a discursos midiáticos de reapropriação do território.

Para Lefebvre (2008), considerando que o espaço envolve o tempo, é necessário admitir que, no mundo das mercadorias o que está em jogo não é apenas a aquisição de um espaço repleto de signos de hierarquia social e prestígio. Ao adquirir um espaço, estabelece-se uma distância entre os que o possuem e os que não. Os “espaços-tempos” referenciados por Henri Lefebvre se relacionam diretamente à reprodução de um conjunto complexo de relações sociais que reiteram o estabelecimento de limites territoriais. Maia (2012) assegura que há uma fluidez entre as dimensões do público e do privado, mas ambas se relacionam e espelham

as relações entre os sujeitos. A casa e a rua estão interligadas, sendo que a porta da residência funciona como primeira demarcação fronteiriça. No entanto, existem também fronteiras internas que dividem a casa e concedem a cada sujeito a posse de um espaço, que ele pode assumir ou não, a exemplo da cozinha, historicamente tida como um reduto feminino. A apropriação sugere que a territorialidade se inclui em uma dinâmica relacional, expressando “a consciência dos sujeitos, sua intencionalidade, forjando sua identidade e demarcando sua diferença/distinção em relação ao outro” (MAIA, 2012, p. 346), o que também inclui as relações sociais de sexo e raça que ali se apresentam.

As relações sociais de sexo

No capitalismo, o primeiro contingente feminino a ser marginalizado foi o das esposas dos membros da classe burguesa ascendente. Entretanto, para Saffioti (2013), a sociedade definitivamente não prescinde do trabalho das mulheres ditas de camadas inferiores. Muito pelo contrário, a marginalização e inferiorização social que as mulheres sofreram desde muito tempo veio a favorecer o aproveitamento dessa faixa populacional feminina no âmbito do trabalho industrial. O núcleo de desvantagens sociais a que as mulheres estavam sujeitas permitia ao sistema capitalista que estava se constituindo extrair o máximo possível de mais-valia absoluta por meio da “intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos do que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então” (SAFFIOTI, 2013, p. 67). Embora a máquina do capital já tivesse elevado muito a produtividade do trabalho, não havia saciado a sede da classe burguesa pelo seu enriquecimento a qualquer custo.

Os princípios de separação e hierarquização, que contribuíram para a divisão sexual do trabalho, puderam ser vistos em várias sociedades ao longo da história, sendo tomados como legítimos no tempo e no espaço. “Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papeis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Nesse contexto, a dimensão do trabalho doméstico talvez possa ser compreendida como a base dessa segmentação. No entanto, essa problematização pode ser feita de uma forma mais efetiva, afinal, ao invés de tomar o conceito do trabalho doméstico para questionar a estrutura de uma sociedade salarial, recorre-se a termos como “dupla jornada”, “conciliação de tarefas” ou “acúmulo”, como se fossem apêndices por excelência de um trabalho assalariado, o que silencia a desigualdade nas relações e potencializa a naturalização dos papéis sociais conforme o sexo.

Para Neves (2013, p. 409), a responsabilidade pelo trabalho doméstico foi reforçada como algo “natural” para as mulheres, tendo a aprendizagem ocorrido muitas vezes na própria família, somando-se a isso a “naturalização e a desvalorização dos processos de aquisição de competências que ocorrem fora das instituições formais”. No âmbito de tais relações domésticas, a cozinha talvez seja o exemplo mais claro da divisão por sexo dentro da casa. Conforme já ressaltava Heredia (1979), embora a residência seja tomada como um espaço da mulher, nela há espaços mais femininos e mais masculinos. A autora chama a atenção para o fato de que o cômodo “sala” foi associado à esfera do masculino, ao passo que a “cozinha” foi tida como um reduto feminino por excelência. Historicamente esse ambiente ficava no fundo das moradias, como se parte de algo que fosse dispensável dar valor, seja por ser o local da cozinheira, normalmente negra, seja por ser o local do cotidiano da dona de casa. A ideia de que a cozinha doméstica sempre foi o lugar da mulher deixou encoberta uma série de relações de preconceito, exclusão, marginalização e sofrimento.

Como bem sintetizado por Pagès *et al.* (1987, p. 70), a organização do trabalho se constitui não apenas diante dos pilares da racionalidade, mas também em meio a construções simbólicas “autorizadas” por essa racionalidade. O mais fortuito desse processo decorre da capacidade que esse sistema possui de lançar mão de referências ideológicas tradicionais para amparar “a instauração de estruturas abstratas da vanguarda do capitalismo. Estas construções simbólicas conferem ao sistema de regras o estatuto de sistemas de produção. O respeito às regras aparece necessário à sobrevivência tanto do indivíduo como da estrutura que o sustenta”. Entre elas, destaca-se a ideologia sexista.

Admite-se, tal como Saffioti (2004), que a ideologia sexista, de um polo ao outro da relação dominação-subordinação, corporifica-se nos agentes sociais que fazem parte desse sistema. Para a autora, o sentido figurado que se adota ao falar em “corporificação de ideologias” de modo geral e em específico no caso da ideologia sexista, pode ser percebido no vínculo que arbitrariamente é estabelecido entre o que ela denomina de fenômenos. Para ela, a voz grave atesta um nível de poder. De forma muito singular, Saffioti (2004, p. 124) faz essa associação ao tom de voz do homem em relação ao da mulher, traçando um paralelo com a ideia de categoria social e o sistema capitalista. “A voz grave do assalariado não o empodera diante de seu patrão, pois o código na estrutura de classes é outro”.

Nesse cenário, Pinto, Nunes e Fazenda (2014) indicam que é por meio da observação das diferenças sexuais que a sociedade acaba por enquadrar as tarefas sob responsabilidade de homens e de mulheres como representações sociais. Porém, essa visão simplista e discriminatória termina por não considerar as individualidades. Desse modo, constroem-se as relações de gênero, considerando o feminino e o masculino como opostos e, ao mesmo tempo, complementares. Ao adicionar outras dimensões como a raça, a discussão se torna ainda mais densa, pois a hierarquização no trabalho, por exemplo, parece seguir uma lógica de primeiro os homens, desde que sejam brancos, e depois as mulheres, desde que não sejam negras. Diante dessas questões, Carneiro (2003) afirma que existe a necessidade de articular questões de gênero e raça, pois a história indica que a “variável” racial foi capaz de produzir gêneros subalternizados, seja em relação à estigmatização da “identidade feminina” (das mulheres negras), ou como “masculinidades inferiorizadas” (dos homens negros), ao possuírem menor “prestígio” do que o gênero feminino do grupo racial oposto (as mulheres brancas). Percebe-se então uma hierarquização: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Ao observar tal condição, corrobora-se irrestritamente com a autora de que o racismo “rebaixa” a condição de sexo.

As relações sociais de raça

Segundo Davis (2016), a associação que foi estabelecida entre as mulheres negras e os serviços domésticos não é um mero vestígio do período da escravidão designado a desaparecer com os anos. Há algo muito problemático e enraizado que precisa ser discutido. Citando a história de uma trabalhadora doméstica do estado da Geórgia (EUA), a autora relembra o arquivo “*A documentary history of the negro people in the United States*”, produzido por um jornalista americano em 1912, no qual foi possível averiguar a péssima situação econômica das mulheres negras ao longo do tempo. Constatou-se que mais de dois terços das mulheres negras foram “convidadas” a encontrar empregos como cozinheiras, lavadeiras, camareiras, babás e zeladoras e acabaram percebendo que estavam em condições tão ruins, se não piores, do que nos anos da escravidão (DAVIS, 2016). O que se viu no Brasil nada mais foi do que uma reedição dessa segmentação. Levando em consideração as devidas peculiaridades, como já argumentado aqui a partir do texto de Munanga (2007), a predominância das mulheres negras em ocupações como a de empregada doméstica atesta o

estabelecimento histórico de uma divisão do trabalho a partir da dimensão racial. Nesses termos, voltar os olhares e problematizar tais constatações é algo imprescindível.

Ao considerar o trabalho como momento “privilegiado” da práxis, uma vez que sintetiza as relações estabelecidas entre a natureza e os homens e destes entre si, cria-se a via por excelência em que se processa o descobrimento da posição real que as ordens históricas capturam na completude dialética da sociedade capitalista e das interações mantidas com o todo social. Por conseguinte, torna-se necessário questionar se as mulheres negras, enquanto membros de um grupo muitas vezes visto como submisso e dependente, estariam sujeitas a quais condições em busca de sua integração social (SAFFIOTI, 2013).

A origem do que se entende hoje por “trabalho doméstico” está diretamente ligada ao período escravocrata. É nesse contexto que se institui o discurso discriminatório e aos negros é atribuído um trabalho tido como submisso, adequado àqueles “racialmente inferiores” e de baixa “aptidão intelectual”, surgindo a figura dos empregados domésticos. Esse posicionamento dos indivíduos em seu “devido lugar”, acabar por justificar discursivamente as demandas do grupo escravocrata e colonialista (CONCEIÇÃO, 2009; TEIXEIRA, 2015).

Na esfera das práticas sociais cotidianas foi sendo disseminada a “cordialidade racial”, uma espécie de tolerância com reservas, vinculada ao patrimonialismo e ao clientelismo nas relações sociais. Tal “cordialidade” das relações sociais é fruto da estabilidade das hierarquias e desigualdades raciais brasileira, sendo tomada para enfraquecer eventuais tensões. No entanto, há de se considerar que tais vínculos cordiais são o produto de padrões de “sociabilidade que estabelecem uma reciprocidade assimétrica que, uma vez rompida, justifica a “suspensão” do trato amistoso e a adoção de práticas violentas” (SALES, 2006, p. 230). Como exemplo, ao falar de “complexo de Tia Nastácia”, Sales (2006) faz uma discussão interessante sobre o contexto de uma famosa personagem da literatura infantil, e que poderia também ser uma personagem desta pesquisa. Fazendo alusão à personagem de Monteiro Lobato, dos contos do Sítio do Picapau Amarelo, o autor indica que o termo é um reflexo exato das dimensões da cordialidade, do clientelismo e do patrimonialismo, pois tais questões recriam o discurso de que as empregadas domésticas são “quase da família”. O que o autor problematiza é que o “quase” nunca muda de configuração e abre espaço para tirar eventuais vantagens sobre a trabalhadora, mantendo-a com a sensação de que está “próxima da família”, mas não deixando de distanciá-la, concreta e simbolicamente.

Em grande medida, essas trabalhadoras sempre estiveram proximamente distantes do contato com a família, conforme atesta a proximidade entre cozinha e o quarto nos fundos da casa. E em alguns casos, a “proximidade” representava, na verdade, uma forma de controle e obediência. A frase “quase parte da família”, típica de um discurso da família burguesa, indica que “uma dinâmica discursiva que contribui para a informalidade de seu trabalho e para o próprio não reconhecimento de sua atividade como trabalho” (TEIXEIRA; CARRIERI; NAVES, 2014, p. 84). Os discursos da “igualdade” e da “afetividade” e “pertencimento” contribuem para mascarar o distanciamento, marcado por dimensões como sexo, raça e classe (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

Ao considerar o Brasil como uma espécie de “sociedade de status”, depreende-se que há uma contínua relação entre raça e posição social. Nesse contexto, seriam atribuídos aos grupos sociais, também incluindo as classes, os “direitos” a um escopo de privilégios em relação ao Estado e aos demais grupos (GUIMARÃES, 1997). No âmbito das relações entre os indivíduos, tais prerrogativas de posição estariam resguardadas, por meio de “distâncias e etiquetas”, que diante da cor e da aparência encontram suas referências fundamentais e as demarcações no espaço social.

Escolhas metodológicas

Diante do objetivo geral apresentado, a investigação se enquadra no método indutivo viabilizado por uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. Conforme Denzin e Lincoln (2006) no estudo qualitativo o pesquisador assume o papel de um “*bricoleur*”, que reúne imagens transformando-as em uma colcha de retalhos e essa montagem leva o observador a formar interpretações que tendem a se fundamentar umas nas outras. Assim, há a possibilidade de escolha e combinação das práticas e métodos que se concatenam de forma mais adequada ao objeto e ao contexto. Segundo Creswell (2010), nesse escopo metodológico, em um primeiro momento, o número de participantes não é relevante, pois essa abordagem pressupõe uma seleção proposital de sujeitos, considerando aqueles que ajudem o pesquisador a compreender em profundidade a questão de pesquisa pontuada. Tudo está sujeito à qualidade dos depoimentos coletados, assim como o nível de recorrência e divergência de tais informações.

Nesses termos, foram realizadas seis entrevistas com mulheres que trabalham como empregadas domésticas com carteira assinada em casas de família de classe média alta de Belo Horizonte. A opção por este perfil de sujeitos de pesquisa se deve a ele possibilitar maior complexidade nas relações sociais dentro da casa, já que há um vínculo profissional formal, associado a todos os aspectos do complexo simbolismo de um cotidiano que é simultaneamente próximo e distante, como apontado por Teixeira (2015). Além disso, como o foco de análise era a atividade de cozinhar, buscou-se sujeitas de pesquisa que, independente de suas outras funções laborais, cozinhasse em seu trabalho. Um motivo adicional é que em casas de famílias de classe média alta encontram-se inclusive configurações arquitetônicas que redimensionam o que se toma por cozinha, o que se desdobra em estética e práticas distintas da maior parte das cozinhas domésticas.

Em relação ao instrumento de coleta de dados, utilizou-se a técnica de fotoelicitação. A fotoelicitação permite evocar memórias, comentários e reflexões que espelham um fluxo de relações sociais (BANKS, 2009). E o uso dessa técnica contribui para que os participantes se sintam instigados a compartilhar suas vivências. A partir desse recurso, as entrevistadas foram convidadas a descrever um conjunto de imagens. Elas deveriam observar fotografias e descrever detalhadamente os significados e sentimentos que ali se manifestavam, conforme a leitura de cada uma. Assim, ao analisar as Figuras 1, 2, 3 e 4, respectivamente, as entrevistadas pontuaram uma série de modificações estruturais e simbólicas que visualizaram no território e as distintas formas de apropriação da cozinha. As imagens foram organizadas em uma ordem proposital, conforme demonstra a sequência a seguir. Além disso, não foi dito previamente qual era o número de imagens que seriam apresentadas, nem mesmo qual seria a próxima. Essa dinâmica contribuiu, decisivamente, para os resultados alcançados.



Figura 1 – Fotografia de uma mulher negra cozinhando em uma cozinha antiga

Fonte: Disponível em <
<http://extra.globo.com/noticias/rio/atriz-chica-xavier-que-acaba-de-ganhar-biografia-mae-de-santo-em-sepetiba-10596590.html>>. Acesso em 27 mar. 2017



Figura 2 – Fotografia de um homem negro cozinhando em uma cozinha contemporânea

Fonte: Disponível em <
<http://valdemartiba.blogspot.com.br/2015/06/truques-de-cozinha-para-homens-solteiros.html>>. Acesso em 27 mar. 2017



Figura 3 – Fotografia de uma mulher branca cozinhando em uma cozinha contemporânea

Fonte: Disponível em <
<http://indicefeminino.com.br/os-chefs-da-tv-e-youtube-rita-lobo/>>. Acesso em 27 mar. 2017



Figura 4 – Fotografia de um homem branco cozinhando em uma cozinha contemporânea

Fonte: Disponível em <
<http://www.foxplaybrasil.com.br/watch/16709187781>>. Acesso em 27 mar. 2017

Cornelsen (2009) pontua que a partir do momento em que se toma consciência de que a linguagem não se resume a um mero recurso instrumental de comunicação, mas, principalmente, trata-se de um elemento constitutivo do que se entende como realidade social, exige-se dos teóricos da área uma atenção a análises mais profundas das narrativas. Logo, inicia-se a compreensão de que os vários usos dos discursos apresentam-se fortemente ligados às organizações (CORNELSEN, 2009). Diante das informações obtidas, utilizou-se a Análise Francesa do Discurso como meio de tratamento dos dados. A vertente francesa é propícia aos estudos que consideram aspectos explícitos, implícitos e silenciados nos discursos (FARIA, 2009; FIORIN; 2003) e foi utilizada para detalhar ao máximo a fala das sujeitas de pesquisa.

As estratégias discursivas de persuasão ideológica empregadas para lidar com os fragmentos discursivos das entrevistadas foram, de forma não exaustiva: a) análise lexical, na qual foram observados os termos, tempos verbais, enfim os léxicos empregados no discurso; b) condições sociais de produção do discurso, que justificam quais os aspectos concretos dão margem a que o discurso se caracterize da forma como foi enunciado; c) reflexão e refração linguísticas, que mostram, respectivamente, aspectos que espelham e que distorcem o real a fim de favorecer a persuasão contida no fragmento discursivo; e d) percurso semântico, que identifica uma forma possível de interpretação dos enunciados discursivos.

A análise do discurso identificou categorias discursivas que remetem a quatro territórios: a) o território da “cozinha de verdade”, em que cozinhar se relaciona a uma obrigação, e a um cotidiano muitas vezes de melancolia e tristeza; b) o território da “cozinha moderna” como espaço de *status* social e distinção; c) o território da “cozinha bem montada” enquanto espaço de prazer e alegria; d) o território da “cozinha como vitrine”, possibilitando a autopromoção por meio da exposição. A forma de apresentação dos resultados respeita a individualidade das entrevistadas. Já que as entrevistas foram suporte à técnica principal, a fotoelicitação, não tinha sentido em organizar os dados de acordo com os discursos ou conforme as categorias discursivas. Assim, preservamos os discursos de cada uma das entrevistadas, o que gerou certo nível de repetição que não é de todo mal, já que ele confirma os achados em várias interações distintas. A próxima seção traz os resultados e o conjunto de reflexões que eles propiciaram.

Análise dos resultados

[Sobre a imagem 1] Ah que legal... é um sentimento bom, um bom sentimento... De estar na cozinha, feliz... Fazendo as coisas que você gosta. Essa aqui é uma cozinha boa, mas hoje o povo gosta mais é daquelas cozinhas chiques, né? Não

suja a mão... Então eles preferem (...) [Sobre a imagem 2] **Essa aqui é cozinha chique, né?** Cozinha linda e maravilhosa, mas eu acho que ele cozinha com mais prazer. Existe muito preconceito... **O Brasil é muito preconceituoso... Eles são preconceituosos em tudo, né?** (...) [Sobre a imagem 3] **Essa tem cara de patroa... Essa cozinha aqui é cozinha de rico... Milionário,** mas assim... **Essa cozinha chique não dá pra mim não (...)** [Sobre a imagem 4] **Haha (risos) Olha o outro... Ele tá mais pra um cozinheiro maravilhoso... É muito interessante ver uma pessoa como ele cozinhando.** (Michelle)

É interessante notar como logo de início ela se identifica com a imagem da mulher negra na cozinha, a partir das expressões “que legal” e “um bom sentimento”, como um exemplo das práticas simbólicas que atestam afetividade (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014). Muito dessa associação está ligada à infância desta entrevistada no interior da Bahia, o que traz implicações sobre a condição social de produção de seu discurso. A satisfação de Michelle para com a imagem é visível em sua fala. Da mesma forma, ao dizer que “hoje o povo gosta mais é daquelas cozinhas chiques”, ela explicita que esse não é um sentimento por ela compartilhado, sugerindo um distanciamento, estrutural e simbólico, conforme Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015). No trecho “não suja a mão” há um implícito subentendido de que a cozinha da primeira imagem passa a ideia de um lugar em que se suja no ato de cozinhar.

Na imagem seguinte ela exemplificou o que entendia por “cozinha linda e maravilhosa”. Na segunda imagem, se comparada às duas seguintes, o cenário é mais simples e sem grandes ornamentações; porém, é o suficiente para que Michelle a aponte como um território idealizado. Ela explicita em seu segundo fragmento discursivo a percepção do preconceito, não ficando claro que ela se refere a um item sexista ou racista ou a ambos; mas fica nítido que a raça é um marcador de diferença em questão. Michelle volta a utilizar “eles”, o que reforça a distância entre o seu “grupo” e os demais.

Além disso, é possível perceber o percurso semântico da cozinha moderna enquanto fonte de *status* social e distinção. Ao tratar da terceira imagem, ela não consegue se perceber cozinhando naquela situação e é explícita ao dizer “essa cozinha não dá pra mim não”. Ela não toca na dimensão da raça, mas diz que a personagem se parece com uma “patroa” – não por acaso, branca. Na quarta imagem, por fim, o riso inicial e a fala “interessante ver uma pessoa como ele cozinhando”, permitem perceber uma refração linguística de homem branco na expressão “pessoa como ele”. A apropriação eventual daquele território por um homem branco, assumindo-o como patrão, remete a um conjunto de relações sociais que estão além de um breve cozinhar. Todavia, mesmo com certo estranhamento, ela própria valoriza aquele sujeito enquanto cozinheiro e o define como “maravilhoso”.

[Sobre a imagem 1] Ah... Eu acho que é... Aqui **pra mim já era naquele tempo de escravo, não pelo fato dela ser morena,** mas é... Aqui não tinha o que nós temos hoje, né? Aqui pra mim... Eu vou te falar que o sentimento que tenho com **essa imagem é de tristeza.** (...) [Sobre a imagem 2] **Aqui pra mim é um momento raro, né?** Porque é raro você ver um homem na cozinha. **Antes a gente não tinha isso de homem na cozinha...** Igual eu falei não tinha isso de homem ir pra cozinha, lavar vasilha, cozinhar... Então **aqui é uma satisfação.** (...) [Sobre a imagem 3] **Aqui é um prazer... Cozinhar em uma cozinha dessa. É uma cozinha que te traz alegria é... Cheia de harmonia, é prazeroso!** Ela tá muito feliz e parece ser a dona. (...) [Sobre a imagem 4] **Aqui um patrão, né? Porque empregado não é!** Se você comparar você vê na **daquele outro moço, ele já era um empregado,** pois ele estava de avental. Agora **o dessa foto, que é um patrão, parece que ele não tem costume não,** viu... Eu tenho pra mim que ele **foi só ali fazer uma coisinha e pronto.** E sobre o sentimento é... **Não fiquei muito satisfeita não, porque essa imagem não é uma coisa verdadeira.** Essa aqui não é não! **De repente ele tava ali até se mostrando pra alguém, né? Tá ali para fazer uma gracinha e pronto.** (Bruna)

Ao contrário de Michelle, Bruna não reconhece na primeira imagem os mesmos sentimentos. A palavra “tristeza” sugere que a imagem a remete ao tempo da escravidão. Não há uma razão clara que possibilite identificar o que diferencia os discursos, mas Bruna é mais jovem e não teve tanto contato com a cozinha rústica. Além disso, cabe mencionar o modo como ela, que é uma mulher negra, utiliza o termo “morena” para descrever a personagem, um tipo de eufemismo. Foi nítido durante toda a abordagem que Bruna tem problemas de se assumir enquanto mulher negra, bem como fazer o mesmo ao descrever a atriz. Percebeu-se o incômodo de Bruna ao ver a imagem e ao analisá-la.

Ao reconhecer a segunda imagem como “uma satisfação”, Bruna reforça o discurso ideológico sexista pois, segundo ela “a gente não tinha isso de homem na cozinha”. Esse trecho também deixa claro, a partir da análise lexical, que ela se coloca como parte da questão, isto é, já teve vivências que a fizeram refletir sobre essa situação. O fragmento discursivo “momento raro” explicita que é incomum ver os homens na cozinha, deixando evidente que se trata de um momento eventual, segundo ela.

Mesmo recriminando a posição quase que exclusiva da mulher à frente da cozinha, Bruna contribui inconscientemente para a manutenção desse imaginário pois, ao observar a terceira imagem, ela diz que é algo prazeroso. A questão em si não se resume ao sentimento de satisfação, mas à rápida associação que Bruna faz entre uma mulher branca e o ato de cozinhar. Surge então o percurso semântico da cozinha enquanto espaço de prazer, sendo essa ideia reforçada com a cozinha *gourmet*. Fica explícito que ela atribuir maior valor a essa cozinha, pois além de desejar cozinhar em um espaço como aquele, ela o associa a um reduto de harmonia e alegria, em contraste com o que disse da primeira imagem.

Na quarta imagem, Bruna volta a associar o homem como um sujeito passageiro na cozinha, mas agora ela qualifica como patrão o homem branco da fotografia. É um implícito subentendido a relação entre raça e hierarquia na casa. Além disso, Bruna acrescenta o tema da cozinha como espaço de exposição para os outros. Ela diz “de repente ele tava ali até se mostrando para alguém, né?”, deixando claro que a cozinha não é somente eventual, como uma vitrine, um meio de autopromoção, corroborando o argumento de gastronomização do cotidiano alimentar (BARBOSA, 2012). Ao contrário da segunda imagem de um negro na cozinha, a que ela associa “satisfação”, ela diz sobre a quarta imagem: “não fiquei muito satisfeita não”. O discurso final de Bruna é esclarecedor ao dizer que a “imagem não é uma coisa verdadeira”, é “para fazer uma gracinha e pronto”. O fato de ela o classificar sugere claras relações sociais de sexo e raça, pois ao homem é facultada a eventual “escolha” de cozinhar. E, por ser branco, para ela não se trata de um empregado.

[Sobre a imagem 1] **Um sentimento de prazer? Talvez ela esteja aqui porque ela gosta.** Essa é a tradicional, do dia a dia (...) [Sobre a imagem 2] **essa imagem me traz um sentimento de vazio... Ah não sei... Eu acho a primeira imagem é mais normal de acontecer** porque... É... Pelo fato de ser uma mulher? Pode ser... (...) [Sobre a imagem 3] **Essa já é uma cozinha mais requintada, ela tá mais para patroa... essa é uma cozinha pra de vez em quando, essa não é uma cozinha de todos os dias, né?** (...) [Sobre a imagem 4] ((silêncio)) **Esse aqui é um chef** preparando... É uma cozinha mais moderna... **ele parece ser um patrão.** (Jussara)

Assim como Michelle, Jussara, ao olhar para a primeira imagem, associa prazer à atividade e ao local, deixando explícito que, para aquela mulher negra, estar na cozinha é algo cotidiano. No entanto, o termo “talvez” deixa implícito que a entrevistada associa a imagem a uma obrigação, o que pode não satisfazer a personagem. Já a segunda fala retoma um discurso sexista e, mesmo que de forma inconsciente, Jussara também contribui para a defesa dessa posição. “Me traz um sentimento de vazio” e depois “a primeira imagem mais é mais normal de acontecer”, suscitam a reflexão de que o papel central da cozinha é da mulher – do que

Jussara se dá conta na sua fala – e a refração linguística de que há algum tipo de anormalidade quando há um homem na cozinha. As falas a partir da terceira e quarta imagem novamente associam a raça ao espaço doméstico, pois os dois personagens são brancos e Jussara os associa a patrões. A ideia de uma cozinha mais requintada, porém passageira, é corroborada por Jussara, que finaliza sua fala designando como “*chef*” o último personagem.

Nesses termos, é impossível desconsiderar que o senso comum cristaliza estereótipos que hierarquizam as pessoas de acordo com o gênero e a raça, sendo seus territórios distintos também. Tal hierarquia se manifesta no discurso de Jussara. Ao fazê-lo, “institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

[Sobre a imagem 1] Essa é **uma imagem de tristeza**. Ela **está muito triste** nessa foto e **a cozinha dela também está triste**. É **muito preconceituosa essa imagem**. É **uma cozinha bem antiga**. (...) [Sobre a imagem 2] Essa **está mais superficial**, **não está parecendo que é uma cozinha que funciona mesmo**. **Não esta com cara de uma pessoa que vai cozinhar** o que ele está cortando ((risos)), me passando um **sentimento de vazio**. **Não está consistente, não**. (...) [Sobre a imagem 3] Essa **está alegre, prazerosa, parece que está fazendo uma comida bonita e gostosa**. **Sentimento de alegria**. Ela é a **patroa, né?** ((risos)). (...) [Sobre a imagem 4] Essa **aqui também passa uma satisfação**. Ele está com cara de que **realmente gosta de cozinhar**. **Uma cozinha bem montada, eu acho que ele cozinha todo dia, mas ele não está com uma roupa adequada**, está sem o avental. **Pode ser que ele esteja ali só fazendo um número, só para tirar a foto**. Ele tá **fazendo pose para a foto**.
(Fernanda)

Fernanda é a quarta entrevistada do grupo das empregadas domésticas. Diferente de Michelle e Jussara, mas em conformidade com Bruna, ela também associa à primeira imagem o termo “tristeza” e a enfatiza a partir da assunção de que a personagem “está muito triste” e “a cozinha dela também está”. Emerge aqui o percurso semântico da cozinha enquanto obrigação e tristeza. Ao dizer que é uma cozinha antiga e que a fotografia é preconceituosa, percebe-se que ela associa a imagem à escravidão. A segunda imagem trouxe novamente a expressão “vazio”, agora associada também ao léxico “superficial”. É inegável a relação que as entrevistadas fazem entre a primeira e a segunda imagem, quando a principal distinção ainda é o gênero. A incredulidade de haver um homem negro cozinhando no dia a dia, é tão nítida em alguns discursos que se torna impossível observar as demarcações a partir do sexo.

Novamente, a terceira personagem (mulher branca) é definida como patroa, sendo reafirmando o percurso semântico da cozinha como fonte de prazer e alegria. Há uma mudança na fala dos entrevistados conforme se altera o espaço da cozinha. Isto é, mesmo que algumas entrevistadas percebam algumas das relações sociais de sexo e raça nas imagens, suas falas contribuem para a manutenção das práticas quando concedem valorizam mais as duas últimas fotografias, mesmo quando fazem restrições. As cozinhas ditas *gourmet* e seus integrantes – brancos – ganham evidente destaque.

Sobre a última imagem, Fernanda inicialmente disse que também remetia a uma satisfação com a tarefa diante da “cozinha bem montada”, chegando até a dizer que ele parece com alguém que cozinha todos os dias, mesmo não estando com a roupa adequada. No entanto, logo em seguida ela finaliza dizendo “pode ser que ele esteja ali só fazendo um número, só pra tirar foto”. Ao dizer isso e ao registrar a “pose para foto”, a entrevistada admite a eventualidade da cozinha *gourmet* como meio de promoção pessoal. Inconscientemente, ou não, ela descreve os significados de poder que se apresentam na fotografia, o jogo de apropriação e exclusão referenciado por Agnew (1994).

[Sobre a imagem 1] Essa imagem traz para mim a roça. A época em que nossos pais moravam lá no interiorzão. **Eu queria estar ali cozinhando nessa cozinha. Essa senhora parece estar feliz com o que ela vai fazer.** (...) [Sobre a imagem 2] **Olha gente, que chique! Uma cozinha totalmente diferente. Eu fico feliz com essa imagem. Um homem cozinhando com essa felicidade toda, cozinhando bonitinho** (...) [Sobre a imagem 3] **Que é isso?...** (silêncio), **essa aqui que é a tal da cozinha gourmet. Ai... O que é isso? Não estou entendendo essa cozinha toda arrumada. Parece meio falso, estranho. Essa mulher não tem nem cara de que cozinha. O prato foi posto ali para ela tirar uma foto. É uma cozinha fictícia, ela está estranha, parece ser a patroa.** (...) [Sobre a imagem 4] **Fazendo bagunça, nem está prestando atenção no que está fazendo. Não sabe nada. Essa é falsa igual à outra. Ele nem está olhando para a panela, quem cozinha olha para a panela. Não está com cara de que está cozinhando, está parecendo que ele está brincando ali para tirar uma ‘fotinha’ para postar no Facebook.** (Tereza)

Tereza, assim como Michelle, possui um sentimento melancólico em relação à primeira imagem, saudade de “cozinha da roça”, e da vida no interior. O tema da “saudade” pode ser observado quando ela cita os pais, a roça, o “interiorzão” e a vontade de se apropriar daquele território, em uma clara relação de posse (BERNARDO, 2015). A mudança para a segunda imagem trouxe algo de surpreendente, novamente. É impossível negar a satisfação que sente ao ver uma figura masculina na cozinha: “olha gente, que chique!”. Quando ela diz “um homem cozinhando com essa felicidade toda, cozinhando bonitinho”, sugere surpresa pelo sentimento associado a uma tarefa não-masculina, evidenciando a divisão territorial entre homens e mulheres nas residências (HEREDIA, 1979). A dinâmica das relações sociais de sexo aparece novamente, naturalizando o trabalho doméstico como feminino (NEVES, 2013), mas nenhuma palavra é dita a respeito de o personagem ser um homem negro.

Após dizer “o que é isso?” e se manter em silêncio por um bom tempo, Tereza demonstra um estranhamento para com a terceira imagem. Ela percebe que é uma cozinha *gourmet*, mas não entende porque está “toda arrumada”. Fica subentendido de que, para Tereza, tamanha organização não procede em uma cozinha de verdade, sendo aquela uma “cozinha fictícia”. A imagem, de mulher branca, que ela qualifica como patroa, e a disposição dos utensílios, são vistas como uma encenação. A descrição de Fernanda, assim como outras já fizeram, é a de que há um espetacularização do ato de cozinhar para fins de promoção e exposição em mídias sociais, algo explícito quando se refere à quarta imagem, e reforçando a ideia de que há uma valorização do ato de cozinhar pela construção e apropriação do território. O termo “brincando”, explicita a dinâmica territorial presente na imagem, uma exposição passageira, utilitarista e oportunista, reflexo de um conjunto de práticas simbólicas. Por fim, a última fala do grupo das empregadas domésticas é a de Joana.

[Sobre a imagem 1] Essa **não é da minha época não... Me traz um sentimento bom, eu acho. Ela cozinha todo dia.** (...) [Sobre a imagem 2] Essa é **interessante, né?** ((silêncio)) **Não é muito comum... Muito fácil de ver** (...) [Sobre a imagem 3] Essa é **chique... Ela está aqui nessa cozinha chique cozinhando, tem esses pratos chique... Ela da mais vontade de cozinhar porque é mais chique. Essa mulher deve estar só se mostrando, deve ter empregada** (...) [Sobre a imagem 4] Esse é famoso... Cozinheiro famoso. *Chef.* **Eu gosto de ver ele cozinhando, me traz um sentimento bom. Ele também deve ter empregada, parece que está ali só para o programa. Essa cozinha é mais importante, mais valorizada.** (Joana)

Joana foi uma das entrevistadas que mais refletiu sobre as questões colocadas durante as entrevistas, o que ficou nítido após observar olhares, diversas pausas de silêncios, repostas confusas e uma constante inquietação após cada pergunta, como se ela as assimilasse e relacionasse ao seu cotidiano. Ela inicia sua fala colocando-se fora daquele tempo, mas relacionando a imagem da mulher negra na cozinha a um “sentimento bom”. Ela faz uma

primeira ponderação em relação ao sexo quando diz que a primeira personagem “cozinha todo dia” e que “não é muito comum” ver homens na cozinha (segunda imagem): “interessante” deixa isso explícito. Novamente, fica estabelecida uma dinâmica de submissão (AGNEW, 1994) ainda estando ligada apenas a dimensão do sexo.

Logo em seguida, Joana se interessa pela cozinha das duas últimas imagens: a palavra “chique”, dita várias vezes, sugere valorização dessa nova modalidade de cozinha. Além de admitir que a cozinha *gourmet* apresentada é “mais importante, mas valorizada”, Joana sugere que a valorização se deve à presença de figuras que não são empregados, uma questão racial. Joana contribui, sem notar, para a manutenção do discurso que a diminui enquanto trabalhadora, pois cozinhas em que há apenas empregados (negros) são menos importantes do que cozinhas em que patrões (brancos). Isso reforça o sistema de hierarquização pontuado por Carneiro (2003) e o sistema de “qualificação” da cozinha ressaltado por Barbosa (2012), pois a própria Joana, subalternizada pelas relações sociais de sexo e raça (DAVIS, 2016), valoriza o conjunto de referências que a diminui enquanto parte integrante do território.

Considerações finais

Este artigo foi construído em torno do objetivo de identificar e analisar os territórios da cozinha sob a ótica de empregadas domésticas. Para tanto, foi empregado o método indutivo com base em um estudo qualitativo de caráter descritivo, no qual foi usada a fotoelicitação para a coleta de dados e a análise do discurso para tratar das falas de empregadas domésticas. Os principais resultados sugerem territorialidades que podem ser classificadas em dois grandes grupos: o primeiro assume a cozinha a partir das práticas simbólicas de afetividade, e o segundo que se refere à cozinha como fonte de autopromoção.

Quando se observa a territorialidade baseada na afetividade na cozinha, é curioso o modo como as entrevistadas, enquanto empregadas domésticas, ora se distanciam e ora se aproximam dos significados emanados a partir da Figura 1. Há uma familiaridade maior com essa imagem, o que pode ser explicado pelas vivências relatadas e pela simplicidade da imagem, possivelmente próxima do próprio meio no qual se situam. Todavia, também se verificam saudosismo e, simultaneamente, rejeição, pois enquanto algumas entrevistadas associam a imagem a boas lembranças, outras a enxergam como cenário dos tempos de escravidão. Isso sugere que o trabalho doméstico e seu contexto de obrigação, associado a todo um simbólico de diminuição dessas mulheres enquanto pessoas “quase da família” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015) é fonte de sofrimento, daí a rejeição.

Tais territórios estão amparados no que Pagès *et al.* (1987) denominaram de sistemas de referência. Nesse sentido, a idade das entrevistadas precisa ser considerada como um fator de distinção entre os discursos, dado que as mais novas demonstraram certa relutância em descrever as primeiras imagens. O que fica claro é que, independente da descrição da primeira imagem, nota-se que as entrevistadas estabelecem um nível de ligação com ela, seja a partir do sentimento de pertencimento ou do de angústia por saber que poderiam (ainda) estar naquela situação. Uma cozinha “de verdade”, assim, encerra várias significações de cunho afetivo. Nela, cozinhar para estas mulheres não é opcional: trata-se de uma obrigação cotidiana, o que muitas vezes faz com que esse território seja associado a uma melancolia imprecisa associada a uma tristeza pela perda de uma cozinha semelhante idealizada em algum lugar do passado.

O segundo grupo de territorialidades identificado se baseia na cozinha como espaço de autopromoção. Há um inegável encantamento da maior parte das entrevistadas com as cozinhas apresentadas nas Figuras 2 e 3. Ao mesmo tempo em que se nota um nível de estranhamento com tamanha organização e limpeza do espaço, ficam nítidos, para a maioria delas, a idealização e o desejo pela posse daquelas cozinhas. Algumas chegam a hierarquizar

os personagens, mas sem grandes problematizações para além das expressões de inquietação presentes nos discursos, como o sistemático preconceito. Tais cozinhas modernas, por serem bonitas, iluminadas, espaçosas, repletas de utensílios, não casualmente são caras; e, ao serem caras, são acessíveis apenas aos que dispõem de recursos para adquiri-las. Isso as faz automaticamente lugares de distinção – dos que não podem possuí-las – e de status social aos que as possuem.

O que torna interessante a descrição das figuras 2, 3 e 4, principalmente as duas últimas, é valorização do espaço da cozinha. Em alguns casos, isso é explícito, quando se atribui o adjetivo “chique”, ao passo que também ocorre de forma mais velada, como na demonstração de satisfação com o que é retratado. Mesmo não dispondo dos recursos financeiros necessários para construção de uma cozinha *gourmet* e para a compra de seus utensílios, a maior parte das entrevistadas formula, a partir de seu discurso, como seria a sua cozinha ideal. Aos personagens brancos, proprietários “naturais” da cozinha bem montada, não seria esperada outra coisa senão a associação desse espaço ao prazer. Isso é esperado considerando que não parece haver o “peso da obrigação de ter de se cozinhar” todos os dias. As entrevistadas inclusive supõem que eles disponham de empregadas. Como às vezes “passam por ali” sem estarem obrigados a trabalhar ali cotidianamente, é esperado que sejam alegres as suas expressões, e a cozinha *gourmet*, associada ao prazer.

Essa eventualidade da presença na cozinha, aliás, revela outra faceta de sua territorialidade: o seu esvaziamento afetivo que dá lugar a uma superficialidade típica dos espaços em que se encena algo. À medida que tais cozinhas *gourmet* são “vitrines”, tudo nelas passa a estar à venda, dos ingredientes aos procedimentos, dos utensílios aos livros de culinária, tudo tem um preço e é acessível a quem por ele possa pagar. É previsível que o cenário de tal cozinha seja objeto de desejo, e que tudo o que nesse espaço seja encenado ganhe força de produto a ser consumido. Quem usa o espaço se autopromove ao encenar superficial e lindamente uma cozinha a ser consumida que pode não abrigar o sentimento de cozinhar.

As principais contribuições do texto podem ser tomadas no plano teórico e no plano metodológico. Em termos de teóricos, ao trazer a cozinha doméstica ao plano organizacional, cria-se a possibilidade de compreender uma dinâmica territorial não restrita aos ambientes corporativos, e que é objeto legítimo da análise das organizações. Em outras palavras, quando consideramos a visa social organizada, os estudos organizacionais virtualmente se candidatam como possibilidade de observação e análise da sociedade que se organiza de alguma maneira. Neste caso específico, ao relacionar às temáticas de relações sociais de sexo e raça à territorialidade, foi possível refletir sobre os modos de apropriação territorial diante de marcadores de diferença – uma reflexão organizacional imprescindível.

Do ponto de vista metodológico, retomar a fotoelicitação é um caminho muito fértil para qualificar fenômenos organizacionais. Além de “criar pontes” para trabalhar com públicos socialmente marginalizados como empregadas domésticas, pensar em imagens que possam estimular os respondentes, na sua organização, na sua disposição, e no processo de coleta complementar de depoimentos é uma interessante estratégia para sofisticar a metodologia para além do tradicionalismo das pesquisas qualitativas baseadas em entrevistas.

Referências

AGNEW, J. A. Territory. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. (Ed.). **The dictionary of human geography**. 3. ed. Blackwell Publishers, 1994.

BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- BARBOSA, L. Os donos e as donas da cozinha. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 171-201.
- BERNARDO, P. **Cotidiano no trike e territorialidades na cidade**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- CONCEIÇÃO, E. B. A Negação da raça nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXIII, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.
- CORNELSEN, E. L. Análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 21-44.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **Pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2006.
- FARIA, A. A. M. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 45-52.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida, trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1992.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- MAIA, R. S. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 339-352, 2012.
- MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 45-57, 2005.
- NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, 2013.

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1979.

PAULA, F. C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2011.

PEREIRA, D. C.; CARRIERI, A. P. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2005.

PINTO, A.; NUNES, S. M.; FAZENDA, R. Um estudo sobre a influência do gênero em funções tradicionalmente masculinas e femininas. **International Journal on Working Conditions**, Porto, n. 7, p. 17-33, jun. 2014

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, nov. 2006

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: USP, 2008.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. D. P.; SOARES, A. D. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de belo horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.

TEIXEIRA, J. C. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. 2015. 412 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P.; NAVES, F. Uma “preta sem cor”: a invisibilidade do trabalho doméstico refletida em uma história de vida. In: NAVES, F. (Org.) **Trabalho e trabalhadores nas sociedades contemporâneas: outras lentes sobre invisibilidade** construídas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 81-100.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. D. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 161-178, jan./mar. 2015.